

# Tradução e Interpretação Militar Brasileira em Missões de Paz da ONU

## A Relevância de um Serviço Especializado

Cap Israel Alves de Souza Júnior, Exército Brasileiro

No atual cenário internacional, o Brasil tem se projetado mais e mais, seja através de seus ímpares recursos naturais ou de seus profissionais altamente capacitados. Assim também têm feito nossas Forças Armadas que, por intermédio de profissionais cada vez mais especializados, têm buscado no domínio dos idiomas estrangeiros a mais adequada e estratégica forma de destaque no âmbito das relações internacionais.

Um dos principais fatores que contribui para a impulsão de nossas Forças Armadas, junto às organizações internacionais governamentais ou não, é o grau de comunicabilidade apresentado pelos militares. O Exército Brasileiro é parte singular deste processo, haja vista sua participação nas missões de Manutenção da Paz.

Contudo, como nem todos os nossos militares dominam idiomas estrangeiros, fez-se necessário utilizar um profissional que pudesse intermediar as conversas, cursos, reuniões, negociações etc. com militares ou civis estrangeiros, ou, ainda, que pudesse trazer documentos elaborados em outros idiomas para a nossa língua materna. Surge, então, no seio do Exército Brasileiro a figura do militar que atuará como intérprete e tradutor militar.

Atualmente, há uma crescente demanda por enviar tropas<sup>1</sup> para o exterior a fim de prover o apoio requisitado pela Organização das Nações Unidas (ONU) aos países que solicitam tal intervenção.

Assim, diante das dificuldades de comunicação apresentadas no teatro de operações, tornou-se imperativo o emprego de tradutores e intérpretes militares nessas operações militares. Entretanto, nota-se, ainda, um despreparo técnico em sua seleção e utilização, uma vez que deveriam ser profissionais da linguagem com experiência sólida, formação adequada e aptidão para o exercício da arte de traduzir e interpretar em prol da paz mundial.

### **Pioneirismos – Batalhão Suez**

De acordo com Fontoura (2009) e Aguilar (2005), dois episódios marcam o início da participação de militares brasileiros em iniciativas de organismos internacionais voltadas para manutenção da paz: a presença de um oficial da Marinha na Comissão da Liga das Nações que administrou a região de Letícia, entre 1933-34, e de três oficiais<sup>2</sup>, um da Marinha, um da Aeronáutica e outro do Exército, na Comissão Especial das Nações



**Figura 1 – Região dos Balcãs**

Unidas para os Balcãs (UNSCOB), que operou na Grécia, de 1947 a 1951. Esses três observadores militares atuavam apenas no lado grego da fronteira e eram acompanhados por um funcionário civil da Organização das Nações Unidas (ONU), oficiais de ligação gregos e um intérprete local<sup>3</sup>.

Desde então, o país participou de 27 missões de paz ou civis sob a égide da ONU e de missões estabelecidas pela Organização dos Estados Americanos (OEA), com observadores militares, policiais, peritos eleitorais, especialistas em saúde, tropas armadas, e pseudo ou verdadeiros tradutores e intérpretes<sup>4</sup>, como em Suez, na República Dominicana, Moçambique, Angola, Timor Leste e Haiti.

Durante o estabelecimento da Força de Emergência das Nações Unidas I (UNEF-I), primeira experiência das Forças Armadas brasileiras de ceder tropas para missões de paz da ONU, no contexto da crise de Suez,

no território do Egito, há o Batalhão Suez, com cerca de 600 oficiais e praças do Exército, que em um primeiro momento eram oriundos de unidades do Rio de Janeiro.

Quando a UNEF foi criada e implantada, em fins de 1956, no Oriente Médio e Faixa de Gaza, com a finalidade de intermediar o conflito árabe-israelense, e assim garantir a neutralidade e a paz na região conflituosa, a ONU houve por bem determinar que a língua oficial daquela missão de paz seria o inglês. Assim, esta se tornou a língua oficial de trabalho e de comunicação para todos os Contingentes e para todos os integrantes da UNEF.

O Brasil sabia que toda a comunicação para fora do Batalhão Suez teria que ser na língua inglesa, mas nunca se apercebeu que deveria montar uma estratégia de ordem oficial, isto é, alguém que tivesse o pleno domínio e intercâmbio da língua estrangeira adotada



Gen Werlon Coaracy Roure (esq.) e Cel Inf Haroldo Carvalho Netto (dir.).

(Site da 8ª Bda Inf Mtz, Pelotas-RS; Arquivo pessoal da neta Marcella Cascione Netto)

na UNEF com os interesses do nosso Batalhão. Então, o Contingente Brasileiro valia-se tão somente de militares voluntários com a iniciativa de resolver a intercomunicação com as demais delegações da Missão e, em especial, nos assuntos administrativos junto ao QG da UNEF.

Enfim, aquela era uma falha que um dia deveria ser solucionada, pois a grande maioria do nosso pessoal, incluindo os Comandantes, não tinha o domínio do idioma inglês, e sempre se valia de outro militar que, às vezes, era deslocado, às pressas, para resolver muitos dos problemas que tinham cunho oficial no QG da UNEF, em Gaza. A qualidade do serviço prestado, em muitas ocasiões, era, de certo modo, duvidosa, embora houvesse boa vontade dos envolvidos em resolver a questão.

Ao longo da história, evidencia-se que, por várias vezes, o comando do contingente brasileiro passou por apuros em reuniões no QG de Gaza, justamente por não possuir domínio linguístico adequado; surgiu, então, a ideia de se criar uma condição oficial, que pudesse bem representar o Brasil à altura das reais necessidades que se apresentavam à época.

Embora não se soubesse que a Missão se aproximava do final devido à Guerra dos Seis Dias que se avizinhou, a criação oficial da Seção de Intérprete no Batalhão Suez aconteceu no período do 18º Contingente, quando foi realizada uma reformulação da UNEF e o Brasil foi indicado para acumular uma nova missão<sup>5</sup>. A Seção de Intérprete era uma necessidade bem antiga e acabou sendo instalada, graças à visão e participação do então oficial de logística<sup>6</sup> do batalhão. Após sua implantação,

não há como negar os méritos e os bons serviços prestados pela Seção de Intérpretes ao Batalhão Suez e à Missão de Paz da ONU no Oriente Médio<sup>7</sup>.

No entanto, com o intuito de guarnecer a Seção de Intérpretes do Batalhão Suez, e com a devida aprovação da UNEF para designar três capitães para ocupar as funções, fez-se necessária a seleção de militares brasileiros naquele posto, que foram convidados a fazer um concurso no então Centro de Estudos da Linguagem, no Palácio Duque de Caxias (antigo Ministério da Guerra) no Rio de Janeiro. Essa seleção foi realizada por oficiais americanos da Comissão Militar Mista Brasil-EUA. Para tal, apresentaram-se quinze capitães, sendo escolhidos os três primeiros colocados<sup>8</sup>.

A ida dos intérpretes para a faixa de Gaza deu-se juntamente com a 8ª Companhia, que integrava oficialmente o 19º Contingente Brasileiro naquela missão<sup>9</sup>.

## Moçambique, Angola e Timor-Leste - Um Salto para Trás

Ao abordarmos a missão em Moçambique, Operação das Nações Unidas em Moçambique – ONUMOZ, cuja atuação brasileira se deu por intermédio do envio de militares em funções específicas como a de comandante do componente militar, observadores militares e uma única Companhia de Infantaria, no ano de 1994, vemos que o uso do intérprete militar retrocedeu, um pouco, em relação à experiência brasileira em Suez. Isso se deu porque o idioma local era o português, facilitando o contato com a população; o inglês seria utilizado em maior escala no contato com o Comando Regional, situado em Beira, já que o *Force Commander* era um General brasileiro<sup>10</sup>, com base em Maputo. Era no Comando Regional que ficava o único intérprete militar brasileiro<sup>11</sup>; não porque tinha formação para tal, mas porque era aquele que melhor podia se comunicar em inglês. Dessa vez, nem concurso ou seleção foram realizados. Simplesmente, enviaram-no da base para o Comando Regional, caracterizando, dessa forma, um enorme passo para trás na importância dada ao serviço de interpretação militar, se comparado ao pioneirismo histórico do Batalhão Suez.

Ao investigarmos o uso do intérprete na Missão das Nações Unidas para Verificação de Angola (UNAVEM), seja na UNAVEM I ou na UNAVEM II, percebemos que o Brasil contribuiu somente com observadores militares, não com tropas — assim, sem a

presença de intérpretes militares. Somente na terceira fase desta missão, UNAVEM III, com mudança no teor do mandato, o Brasil pôde contribuir com observadores militares, equipes de saúde, oficiais de Estado-Maior, um Batalhão de Infantaria, uma Companhia de Engenharia e dois Postos de Saúde Avançados<sup>12</sup>. Mais uma vez, como na ONUMOZ, observamos que a questão do uso do intérprete fora relegada a segundo plano no contingente militar, apesar da falta de militares capazes de desempenhar funções que necessitassem de comunicação contínua e frequente em idioma estrangeiro, nesse caso, a língua inglesa. Esse foi mais um recorte no tempo e espaço que representa a notória era do “ei, você, que fala inglês, a partir de agora será meu intérprete!”. Ademais, os militares que eram “escolhidos” para serem os “ditos” intérpretes, ainda que não ultrapassassem o número de 05 no total, tinham que acumular outras funções.

Vejam agora o que aconteceu no Timor-Leste. Sabe-se que o Timor-Leste abrigou seis missões/intervenções sob a égide das Nações Unidas: UNAMET, UNTAET, UNMISSET, UNOTIL, UNMIT; entretanto, foi somente com o advento da INTERFET, diante da incapacidade de o governo da Indonésia controlar a situação, que a ONU decide criar uma força multinacional, composta por dez mil homens cedidos por 22 países, dentre eles o Brasil, com o objetivo de restaurar a ordem e as leis internas naquele país. O Governo brasileiro, ouvido o Congresso Nacional, decidiu enviar um pelotão de 50 policiais do Exército e um oficial superior comandante do contingente brasileiro (CONTBRAS). Esse contingente foi mobilizado em apenas uma

semana, mediante a seleção de militares de uma mesma unidade em Brasília-DF. Fica claro que, mais uma vez, no transcorrer da história da participação militar em missões de paz, a função de tradutor e/ou intérprete fora deixada de lado. Durante a fase de treinamento, os militares receberam instruções sobre as atribuições básicas que teriam no Timor-Leste, mas nada foi falado a respeito do domínio do idioma; até porque, sabemos que para ser tradutor ou intérprete teremos que extrapolar a noção de domínio do idioma, chegando a atingir detalhes que permeiam uma cultura que não é a nossa.

Dessa forma, tivemos mais uma edição do “ei, você que fala inglês, a partir de agora será meu intérprete!” ou, ainda, houve aqueles momentos em que militares assumiram a função de outrem que, simplesmente, não conseguia se comunicar. Há relatos de oficiais que foram, de certa forma, substituídos por outros mais modernos, mas que, em contrapartida, se comunicavam no idioma estrangeiro, ainda que não fossem totalmente fluentes.

Parece difícil de acreditar, mas não tínhamos aprendido naquele momento o que deveríamos fazer com a ineficiência linguística de nossas tropas. Ora, se em algum momento tivéssemos nos lembrado do esforço empenhado na Missão de Suez — criar uma Seção de Intérpretes, já que assim, ao longo de dez anos, muita inexatidão de informações e muita incapacidade de comunicação seriam evitadas.

Será que estávamos fadados a perecer diante do processo decisório? Isso porque a falta de habilidade em se comunicar interfere diretamente na participação em momentos de tomada de decisão. Felizmente, veremos



Embarque das tropas do Batalhão Suez no Rio de Janeiro.

(Arquivo pessoal do Cb Theodoro, ex-integrante do Batalhão Suez)

mais adiante que daremos um salto de qualidade enorme; contudo, precisaremos de muita orientação, formação e treinamento para empregar aqueles que nos ajudariam em nossa próxima missão a desenvolver um trabalho que se tornaria um modelo consolidado de eficiência e capacidade operativa no terreno.

## Minustah – Dois Saltos para Frente

Em fevereiro de 2004, conflitos armados eclodiram no Haiti, mais precisamente em Gonaïves, espalhando-se por outras cidades nos dias subsequentes. Gradualmente, os insurgentes assumiram o controle do norte do Haiti. Apesar dos efetivos esforços diplomáticos, grupos armados ameaçaram marchar sobre Porto Príncipe (PaP). O então Presidente do Haiti, Jean-Bertrand Aristide, deixou o país em 29 de fevereiro daquele ano, asilando-se na África do Sul. De acordo com as regras de sucessão constitucional, o presidente da Suprema Corte, Bonifácio Alexandre, assumiu a presidência, interinamente. Bonifácio requisitou, de imediato, assistência das Nações Unidas para apoiar uma transição política pacífica e constitucional e manter a segurança interna. Nesse sentido, o Conselho de Segurança (CS) aprovou o envio da Força Multinacional Interina (MIF) que, prontamente, iniciou seu desdobramento, liderada pelos EUA.



**Figura 2 – Mapa geral do Haiti**

Considerando que a situação no Haiti ainda constituía ameaça para a paz e segurança internacional, o CS decidiu estabelecer a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), que assumiu a autoridade exercida pela MIF em 01 de junho de 2004. Para o comando do componente militar da MINUSTAH (Force Commander) foi designado o General Augusto Heleno Ribeiro Pereira, do Exército Brasileiro<sup>13</sup>.

A partir de então, o governo brasileiro, autorizado pelo Congresso Nacional, passou a enviar tropas para fazer parte do componente militar da MINUSTAH. É fato que tropas em terreno estrangeiro precisariam se comunicar para atingir objetivos táticos, operacionais ou estratégicos. Assim, na concepção do efetivo que iria compor a então Brigada Haiti e, posteriormente, o Batalhão Brasileiro e Companhia de Engenharia de Força de Paz, foi incluída no Quadro de Cargos Previstos (QCP), pela segunda vez<sup>14</sup>, na história da tradução e interpretação militar brasileira, a função de intérprete, que muitas vezes, se não quase sempre, exerceria também a função de tradutor.

Ao longo de uma década de desdobramento de tropas brasileiras no Haiti, já enviamos um total de 164 militares, entre homens e mulheres, para exercer a função de tradutores e intérpretes de inglês e de francês em prol da paz naquele país. Vejamos, a seguir, alguns dados estatísticos para compreendermos melhor o perfil desses militares, que diferentemente do que ocorrera para o Batalhão Suez, são selecionados diretamente pelo Gabinete do Comandante do Exército, baseado em seus Índices de Proficiência Linguística (IPL)<sup>15</sup> adquiridos mediante testes de idiomas aplicados pela Seção de Idiomas do Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias (CEP/FDC), no Rio de Janeiro.

Apesar de termos enviado um número razoável de militares para atuar junto ao CONTBRAS na MINUSTAH como intérpretes, a maioria desses militares não tem formação na grande área de Letras, seja com o bacharelado ou a licenciatura, seja em tradução ou interpretação.

Dentre os 164 militares (intérpretes) desdobrados em solo haitiano, o número mais expressivo é o quantitativo de praças (cabos, sargentos e subtenentes) enviadas naquela função.

Nota-se, porém, que só o segmento masculino foi considerado como referencial indicador para

o levantamento da quantidade de oficiais e praças empregadas nesta missão. O segmento feminino foi descartado neste quesito, pois não há, oficialmente, nenhum relato de praça feminina que tenha atuado como intérprete, previsto em QCP, no Haiti.

### ETIMIL – O Treinamento do Tradutor e Intérprete Militar

Com o passar dos anos, devido à crescente demanda e à efetiva necessidade de se receber, nos contingentes a serem desdobrados no Haiti, militares preparados para atuarem como intérpretes e tradutores, municiados com conhecimento teórico-prático para o exercício da função, e que tivessem a capacidade técnica mínima para superar os desafios que se apresentavam no terreno, no segundo semestre de 2011, foi criado, no Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB) no Rio de Janeiro, um estágio preparatório<sup>16</sup> de 01 semana para os militares selecionados como tradutores e intérpretes do 16º Contingente Brasileiro que seria empregado no Haiti ao longo do ano de 2012.

A partir daquele pontapé inicial, o Estágio para Tradutores e Intérpretes Militares (ETIM) seria o precursor do ETIMIL, cuja sigla manteria o significado original do estágio embrionário de 2011.

O ETIM, diferentemente do ETIMIL, tinha uma única semana de treinamento focado na prática de interpretação intermitente e consecutiva. Seu Quadro de Trabalho Semanal (QTS) previa instruções de teor variado, mas seu foco principal e permanente era o treinamento de técnicas, independente do conteúdo específico para o preparo de tropas a serem empregadas em operações de paz.

No ano de 2012, houve uma única edição do ETIM, que manteve seu foco nas técnicas para o exercício da função de intérprete, mas, também, abordou detalhes do ofício de tradutor no CONTBRAS da MINUSTAH. Era a vez do 17º Contingente do BRABAT e da BRAENGCOY. Um avanço no treinamento já apontava no horizonte, mas havia muito a ser mudado para que o Exército pudesse contar com militares mais bem preparados para assumir tamanha responsabilidade no que se refere a traduzir e interpretar em cenário internacional.

A partir de 2013, a Divisão de Tradutores e Intérpretes do CCOPAB, após muitas análises e estudos para a melhoria do processo de

### Número de Intérpretes Militares

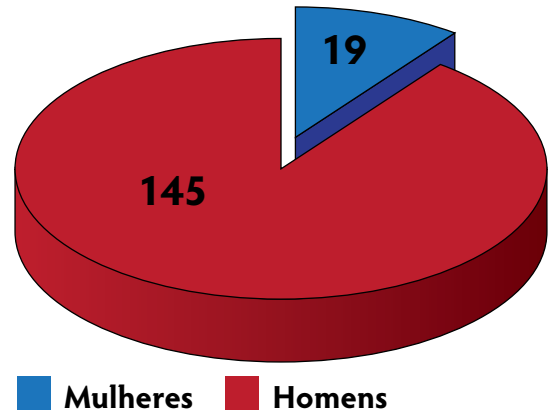


Figura 3 – Número de homens e mulheres empregados na função de intérprete do CONTBRAS

### Número de Militares

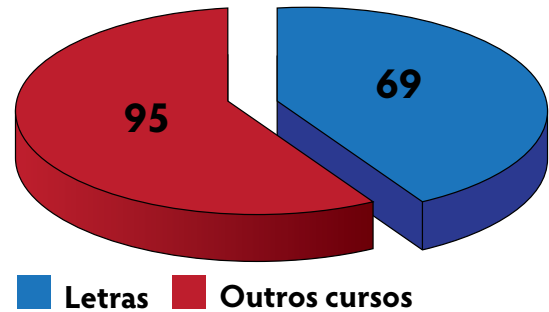


Figura 4 – Número de militares graduados em Letras empregados como intérpretes no CONTBRAS

### Homens



Figura 5 – Número de oficiais e praças, do segmento masculino, empregados como intérpretes no CONTBRAS

ensino-aprendizagem dos militares, e alinhada com os padrões de preparo estabelecidos pelo Departamento de Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas (DPKO/UN), resolveu modificar o estágio, devidamente autorizada pelo comandante<sup>17</sup> do CCOPAB, alterando sua sigla para ETIMIL, e dividindo a preparação em 02 fases: uma fase à distância (EAD), com duração de 80 horas e uma fase presencial, com duração de 40 horas, totalizando, assim, 120 horas de estágio, i.e., 1/3 do total da carga horária de um curso de pós-graduação Lato Sensu na mesma área. Visualizou-se a necessidade de estruturar uma ementa de curso, por módulos, que abrangessem a teorias dos estudos de tradução e interpretação. A maior concentração dos elementos teóricos ficou na fase EAD, deixando uma maior oportunidade de prática contínua para a fase presencial, no CCOPAB.

Disciplinas como língua portuguesa, línguas estrangeiras, fundamentos da tradução<sup>18,19</sup>, fundamentos da interpretação e prática inicial de tradução/versão fazem parte do EAD do ETIMIL. Já as práticas de interpretação consecutiva, intermitente e simultânea sussurrada são exploradas na fase presencial.

A equipe da Divisão de Tradutores e Intérpretes buscou, ainda, inserir no treinamento dos militares, questões do uso de novas tecnologias aplicadas à tradução, i.e., ferramentas CAT (softwares de apoio à tradução), tradução automática, uso de corpora *on-line*, glossários etc. As variedades interpretativas e seus modelos também foram incorporados ao treinamento, contribuindo, sobremaneira, para o aperfeiçoamento do ETIMIL, e, por conseguinte, dos militares estagiários.

Imprescindíveis para o bom andamento dos projetos de tradução, as ferramentas tradutórias vêm viabilizar traduções com rapidez e eficácia, sem perder de vista a qualidade do produto final (CRONIN, 2013). Nas diversas missões de paz, qualidade e rapidez na entrega de documentações traduzidas ou vertidas são primordiais e se tornam um grande diferencial da tropa no terreno.

Com a redefinição do currículo e do QTS do ETIMIL, os procedimentos técnicos da tradução e os diferentes modelos interpretativos foram inseridos no preparo dos militares. Com relação à interpretação, a partir do 16º CONTBRAS, a Companhia de Engenharia de Força de Paz – Haiti (BRAENGCOY)

passou a contar com o equipamento de rádio visitação para realização da interpretação simultânea, mormente em reuniões presididas pelos diversos setores da MINUSTAH ou internas ao contingente. Na missão, o equipamento é de extrema utilidade, dado o caráter multidimensional próprio das missões da ONU e o uso do princípio da economia de tempo.

A interpretação simultânea possui uma dificuldade técnica substancialmente maior para o intérprete, devido ao alto grau de concentração necessário para realizar tal operação (PHELAN, 2001). Assim, na primeira edição do estágio do ano de 2014, a equipe de coordenação do ETIMIL resolveu inserir as técnicas de interpretação em cabine e sua prática efetiva na preparação dos militares a serem desdobrados. Igualmente, a prática da interpretação simultânea também foi explorada na submodalidade sussurrada ou *chuchotage*, pois é mais um recurso a ser explorado pelo intérprete quando estiver desempenhando seu papel na missão.

Também no ano de 2014, foram incorporadas ao ETIMIL as oficinas de tradução à prima vista, interpretação por telefone, técnicas de gerenciamento de estresse e técnicas de anotação.

Devido ao grande volume de conteúdo, e considerando a responsabilidade conferida ao tradutor/intérprete em missões de paz, o ETIMIL conta com 19 avaliações, escritas e práticas, gerando, assim, um resultado mensurável e de grande valia para o assessoramento dos comandantes do BRABAT e da BRAENGCOY, no que tange ao desempenho dos militares selecionados para a função de tradutor/intérprete em missão de paz.

Como o processo de ensino-aprendizagem é, e deve ser sempre, flexível, mais uma vez a equipe da Divisão



Turma do ETIMIL 2013 na aula de Ferramentas CAT.

(Arquivo de fotos CCOPAB)



Turma do ETIMIL de 2014 em prática de interpretação em cabine.

(Arquivo de fotos CCOPAB)

de Tradutores e Intérpretes do CCOPAB, pesquisando novas demandas, e autorizada pelo atual comandante<sup>20</sup> do Centro, resolveu incluir no pacote de treinamento dos militares, a partir da primeira edição de 2015, o CPTM<sup>21</sup> da ONU (*Core Pre-deployment Training Material*). Essa foi uma necessidade que se apresentou ao longo desses 10 anos de emprego na MINUSTAH, pois faltava para esses militares, um conhecimento mais sólido sobre operações de paz da ONU e assuntos correlatos.

## Considerações Finais

Fica evidenciado que o militar designado para exercer a função de tradutor e intérprete em missões de paz, ou em qualquer outra missão, precisa ter uma preparação que acolha as especificidades dessa área tão singular da Linguística Aplicada<sup>22</sup>. De fato, aprendemos com nossas experiências anteriores a não subestimar o serviço de tradução e interpretação prestado por militares em terreno; no entanto, ao longo de décadas de tentativas, tomando por base os erros e acertos, verificamos que não podemos simplesmente enviar qualquer militar para desempenhar função de tamanha responsabilidade. Na história da tradução e interpretação militar mundial, muitos acordos de paz foram selados e conflitos criados por meio de bons e maus serviços de interpretação prestados, respectivamente. Um erro de interpretação em uma negociação do processo de paz pode gerar grande mal-estar entre as partes envolvidas, e definir a solução ou não do problema em questão.

Desse modo, é fácil concordar plenamente com Tassini (2012) e Guillet (2012) que tradutores e

intérpretes nunca poderão ser formados da noite para o dia. A experiência com os pares de idiomas de trabalho, culturas diferentes e conhecimento de mundo contam demasiado na formação desse tipo de profissional, e isso leva tempo.

Segundo Robinson (2003), intérpretes e tradutores precisam ter experiência de mundo real, permeando viagens, moradas ou visitas longas aos países que falam os seus idiomas de trabalho, e acima de tudo, precisam ter curiosidade pelo modo como a língua é utilizada em diferentes contextos, registros, estilos etc. — da linguagem de um encanador à de um *barman*, de um professor à de um médico, de um engenheiro à de militares em operações de paz.

Traduzir não se contém na operação elementar da busca da correspondência dos vocábulos. Arte, muito mais complexa e sutil, deverá harmonizar aquelas duas outras, já de si tão delicadas, a de ler e a de escrever. Nelas, são os pseudotradutores, sem formação, sem preparo, sem experiência, arrastados a pecados veniais muito frequentes, como também aos achismos e traições de pensamento. Era exatamente assim que nós agíamos; entretanto, ao acumularmos nossas vivências em diferentes missões, enfrentando e vencendo desafios, com mais ou menos dificuldades, percebemos a importância de se ter um militar que desempenhasse única e exclusivamente o seu papel como tradutor/intérprete em missões de paz.

O próprio Silveira (2004) declara que, a muita gente, afigura-se extremamente simples a tarefa de traduzir. Para eles, basta que uma pessoa saiba ler em determinado idioma estrangeiro e que, em língua nacional, vá reescrevendo o texto, palavra por palavra, frase a frase, parágrafo a parágrafo. Na aparência, é assim; na realidade, porém, muito mais que isso. O Exército Brasileiro já percebeu essas diferenças e deu um grande passo, nesse sentido, ao permitir que o CCOPAB ofereça, em geral, semestralmente, o ETIMIL.

Samuelson-Brown (2010) corretamente estabeleceu as seguintes habilidades para o tradutor e intérprete: entendimento e consciência cultural, atualização em tecnologia da informação aplicada à tradução/ interpretação, gerenciamento de projetos, domínio linguístico-lexical, conhecimento e prática do processo de comunicação, incluindo expressão oral e escrita, e sólido preparo no processo de tomada de decisões. O CCOPAB realiza o ETIMIL na crença de que contribui



com essas informações, na medida do possível, para reduzir as dificuldades encontradas pelos tradutores e intérpretes militares no terreno, pois entendemos que a designação de um militar para ser tradutor e intérprete não o faz tradutor e intérprete, e, se ele não tiver as habilidades profissionais mínimas necessárias, poderá pôr em risco o objetivo da missão, nos diferentes níveis: tático, operacional e estratégico.

Evidente que, se compararmos a atual preparação dos tradutores/intérpretes militares designados para missão de paz com o que se praticava nas décadas de 50, 60 e 90, teremos 100% de aproveitamento, já que nada existia a respeito.

Bem salientado por Silveira (2004), com autoridade incontestável, a consequente prática da experiência e estudo na formação do tradutor e intérprete é fundamental, e essa não se completa de uma vez por todas; ou melhor, ela demanda adaptação a cada caso especial, no gênero e na espécie, donde a necessidade de estudo e reflexão, e também o aprimoramento de qualidades éticas e de conduta essenciais. Reconhece-se, ainda, que é quase de ordem moral a obtenção dos predicados de preparação técnico-linguística. Ninguém poderá negar

que esta última terá de ser requisito ou condição preliminar para o adequado exercício da função. Não basta saber o idioma, mas, sobretudo, é necessário conhecer profundamente as variantes entre as culturas envolvidas no processo tradutório e interpretativo que permeia as missões de paz no mundo.

## Conclusão

Por mais de sessenta e sete anos essa participação tem servido para projetar o Brasil, no âmbito de organismos internacionais, como um país atuante em benefício da paz, coerente com a política externa e de acordo com os preceitos constitucionais de nosso país.

Conforme Aguilar (2005), a participação ativa nos empreendimentos pela paz traz ensinamentos nas mais diversas áreas, que vão desde a criação de uma doutrina militar genuinamente brasileira de emprego em Força Internacional de Paz, passando pelo adestramento nas áreas de pessoal, operações e logística e pela maior integração entre as Forças Armadas e auxiliares até o contato com materiais e profissionais de outros exércitos. Nesta categoria está incluído o emprego do serviço de tradução e interpretação em prol do CONTBRAS nas missões.



Seção de Intérpretes do 16º Contingente da BRAENGCOY.

(Arquivo pessoal do Cap Israel)

A participação do Brasil em operações de manutenção da paz, de organismos internacionais, colabora para a projeção de poder nacional no contexto internacional, permite o reconhecimento internacional quanto ao nível profissional dos militares brasileiros, reforçando o fator de dissuasão e fortalecendo laços de confiança com os países aliados, por meio do serviço de tradução e interpretação.

De acordo com Kelly e Zetzsche (2012), não há desafio intelectual maior do que construir pontes de

significados entre os diferentes idiomas, preservando, porém, suas individualidades linguísticas e suas identidades culturais. É exatamente para superar tal desafio que o Exército Brasileiro, por meio da Divisão de Tradutores e Intérpretes do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil, oferece o ETIMIL, a fim de preparar militares das Forças Armadas e Auxiliares a prover o relevante serviço de tradução e interpretação, com qualidade, em condições extremas, em missões de paz, em prol da paz mundial. ■

*O Capitão Israel Alves de Souza Júnior, do Quadro Complementar de Oficiais (QCO) do Exército Brasileiro, é professor, tradutor, intérprete e coordenador do Estágio para Tradutores e Intérpretes Militares (ETIMIL) do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB). Em 2012, chefiou a Seção de Intérpretes do 16º Contingente da Companhia de Engenharia de Força de Paz (BRAENGCOY) na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH).*

## Notas Explicativas

1. Pode-se, então, citar o envio do Batalhão de Infantaria de Força de Paz (BRABAT) e da Companhia de Engenharia de Força de Paz (BRAENGCOY) para o Haiti.

2. No total de 36 voluntários de sete países mobilizados, enviamos os seguintes brasileiros: o Capitão-Tenente John Anderson Munro (Marinha), o Capitão Hervé Berlandez Pedrosa (Exército) e o Capitão-Aviador João Camarão Telles Ribeiro (Aeronáutica).

3. Cidadão grego, sem a devida formação em tradução e interpretação. Atualmente, a ONU caracteriza esses auxiliares como assistentes de linguagem (sic).

4. Nem todas as missões em que se desdobrou pessoal militar para, de certa forma, desempenhar as funções de tradutor e/ou intérprete, recebeu militares especializados e formados com o devido conhecimento técnico, i.e., não poderiam ser classificados como verdadeiros profissionais da área; seriam, assim, pseudotradutores ou pseudointérpretes.

5. Guarnecer e garantir a segurança da Unidade Logística em Rafah Camp, até então de responsabilidade do Batalhão Canadense. Por isso, muito da comunicação que já era em inglês se intensificou.

6. Major Aroldo José Machado da Veiga, S/4.

7. Relato do cabo Theodoro da Silva Júnior, ex-integrante do 10º contingente do Batalhão Suez.

8. Os integrantes da 1ª Seção de Intérpretes do III/2ºRI, Batalhão Suez foram o Cap Inf Walter Bazarov Cardoso Pinto, o Cap Art Werlon Coaracy de Roure e o Cap Inf Haroldo Carvalho Netto.

9. Relato do ex-integrante do Batalhão Suez e intérprete pioneiro no 19º contingente, Coronel de Infantaria R1 Haroldo Carvalho Netto que trilhou uma carreira de sucesso como tradutor até o fim de seus dias, deixando inúmeros artigos e obras traduzidas publicadas. De 1974 a 1976, enquanto estava em Fort Leavenworth - EUA, Haroldo Netto traduzia exemplares da revista *Military Review*.

10. O comandante das forças militares era o General Lélio Gonçalves Rodrigues da Silva, do Exército Brasileiro, cuja complexa responsabilidade exigia estruturar e harmonizar uma força que congregava países de cultura e rotinas diversas.

11. Na época, o então Tenente Claudio Henrique da Silva Plácido, atualmente Tenente-Coronel, ex-comandante do 26º Batalhão de Infantaria Paraquedista (26BI Pqdt), no Rio de Janeiro.

12. Inicialmente desdobrado em Cuito, região mais ao centro do país, com o efetivo de 10(dez) oficiais e 10(dez) praças. Posteriormente, o posto de saúde avançado seria localizado em Luena, cidade mais próxima da fronteira com o Congo — relato do então 1º Ten Médico, S3 e Chefe da Cirurgia do Posto Avançado de Saúde, atual Cel Med Theophilo José da Costa Neto, aluno do CPEAEx 2015 na ECEME, Rio de Janeiro.

13. Segundo Fontoura (2009), esta é uma das poucas vezes em que o Brasil participa de uma missão de paz tanto no comando, desde seu estabelecimento em 2004, quanto na condição de importante país contribuinte com tropas (TCC, sigla em Inglês).

14. Primeira inclusão de vagas de intérpretes em QCP de contingentes para missões de paz da ONU data de 1966.

15. O Índice de Proficiência Linguística (IPL) mínimo considerado pelo Exército Brasileiro na seleção de militares para compor a Seção de Intérpretes, seja do BRABAT ou da BRAENGCOY, é 2122; cada dígito, nesse código numérico, representa, respectivamente, as habilidades de ouvir, falar, ler e escrever.

16. Em novembro de 2011, a pedido do então Cel Inf Francisco Mamede de Brito Filho, comandante nomeado do 16º BRABAT, ao Cel Inf Pedro Aurélio de Pessôa, comandante do CCOPAB, criou-se o ETIM (Estágio para Tradutores e Intérpretes Militares), concebido em sua essência, coordenado e executado pelo Cap QCO Israel Alves de Souza Júnior.

17. Em 2013, o comandante do CCOPAB era o Cel Inf Luiz Fernando Estorilho Baganha.

18. Em BARBOSA, H. G. Procedimentos técnicos da tradução – uma nova proposta. 2ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2004.

19. Em ALVES, I. C. Modalidades de tradução: uma avaliação do modelo proposto por Vinay e Darbelnet. Dissertação de mestrado, PUC-SP, 1983.

20. O Cel Cav José Ricardo Vendramin Nunes, ex-integrante da equipe do ITS/UN, é o comandante do CCOPAB desde janeiro de 2014.

21. <http://www.peacekeepingbestpractices.unlb.org/PBPS/Pages/Public/search.aspx>, acesso em 26/12/14.

22. Em DUBOIS, J. Dicionário de linguística. São Paulo: Cultrix, 1978.

---

## Referências

AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz (org.). **Brasil em missões de paz**. São Paulo: Usina do Livro, 2005.

CRONIN, Michael. **Translation in the digital age**. 1ª ed. New York: Routledge, 2013.

FONTOURA, Paulo Roberto C. T. **Brasil:60 anos de operações de paz**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, 2009.

GUILLET, Jaime. **Interpreters and translators: stories of people who've done it**. 101 Publishing. 2012.

KELLY, Nataly et ZETZSCHE, Jost. **Found in translation: how language shapes our lives and transforms the world**. 1ª ed. Perigee, 2012.

NEWMARK, Peter. **Approaches to translation**. Oxford: Pergamon, 1981.

\_\_\_\_\_. **A textbook of translation**. New York: Prentice Hall, 1988.

PHELAN, Mary. **The interpreter's resource**. UK: Kindle, 2001.

ROBINSON, Douglas. **Becoming a translator: an**

**introduction to the theory and practice of translation**. 2ª ed. New York: Routledge, 2003.

RÓNAI, Paulo. **Escola de Tradutores**. 7ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.

SAID, Fábio M. **Fidus interpres: a prática da tradução profissional**. 2ª ed. São Paulo: Kindle, 2011.

SAMUELSSON-BROWN, Geoffrey. **A practical guide for translators**. 5ª ed. UK, 2010.

SANTOS, Agenor Soares dos. **Guia prático de tradução inglesa**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

SILVA, Mario C. **Usos e normas técnicas para tradutores**. São Paulo: Álamo, 1984.

SILVEIRA, Brenno. **A arte de traduzir**. São Paulo: Melhoramentos, 2004.

TASSINI, Adriana. **The translator training textbook**. GTI, 2012.

TAYLOR-BOULADON, Valerie. **Conference interpreting: principles and practice**. 3ª ed. Austrália, 2011.